

# RELAÇÕES ENTRE TEXTO, DISCURSO E ENSINO

## RELATIONS BETWEEN TEXT, DISCOURSE AND TEACHING

Emmanuella Farias de Almeida Barros 1

Isaac Costa 2

Silvio Nunes da Silva Júnior 3

**Resumo:** Este trabalho analisa a relação entre os conceitos de texto e discurso, ressaltando sua importância nos estudos linguísticos. Num primeiro momento, exploramos as definições de texto conforme Beaugrande e Dressler (1981), destacando elementos como coesão, coerência, intencionalidade e intertextualidade. A segunda seção aborda a visão de Dubois e Pêcheux sobre o discurso, diferenciando-o do texto e enfatizando seu papel comunicativo e ideológico. Salientamos como o discurso é influenciado por fatores sociais, históricos e culturais, e ressaltamos o papel do gênero textual na interação entre discurso e texto. Num terceiro momento, considerando a articulação desses conceitos com o ensino, concluímos que a relação entre texto e discurso é complexa e interdependente, e que a discussão gerada a partir do tensionamento entre os conceitos é uma ferramenta valiosa para aprimorar o ensino de língua e as práticas de leitura e escrita.

**Palavras-chave:** Texto. Discurso. Ensino de língua.

**Abstract:** This work examines the relationship between the concepts of text and discourse, highlighting their significance in linguistic studies. In the initial phase, we explore the definitions of text according to Beaugrande and Dressler (1981), emphasizing elements such as cohesion, coherence, intentionality, and intertextuality. The second section addresses Dubois and Pêcheux's view on discourse, distinguishing it from text and underlining its communicative and ideological role. We underscore how discourse is influenced by social, historical, and cultural factors, and emphasize the role of text genre in the interaction between discourse and text. In a third phase, considering the articulation of these concepts with education, we conclude that the relationship between text and discourse is intricate and interdependent, and that the discussion arising from the tension between these concepts is a valuable tool for enhancing language teaching and reading and writing practices.

**Keywords:** Text. Discourse. Language teaching.

- 1 Professora Adjunta na Universidade de Pernambuco (UPE). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com período de Doutorado Sanduíche em Lyon (França) na Université Lumière Lyon 2. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Pedagogia e em Letras pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4993497631882133>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5434-5723>. E-mail: [emmanuella.barros@upe.br](mailto:emmanuella.barros@upe.br)
- 2 Professor colaborador do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Pernambuco (PROFLETRAS - UPE). Laureado em Licenciatura em Letras - Português, Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns, Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0452353225402463>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4635-2824>. E-mail: [isaa.itamar@upe.br](mailto:isaa.itamar@upe.br)
- 3 Professor Adjunto de Língua Portuguesa na Universidade de Pernambuco (UPE/Garanhuns). Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Realizou pós-doutorado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Universidade de Pernambuco (UPE). Graduado em Letras/Português pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0879864383265157>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1753-399X>. E-mail: [silvio.nunesj@upe.br](mailto:silvio.nunesj@upe.br)

## Introdução

Discussões sobre texto e discurso tomam dimensões cada vez maiores nos estudos da linguagem. As práticas linguístico-discursivas estão presentes nas interações sociais, escolares ou não, o que revela diferentes possibilidades de investigação científica dentro e fora da Linguística. Por muitas vezes, a valia das abordagens sobre texto e discurso no campo acadêmico é questionada, uma vez que as principais pesquisas que levam em conta o texto e o discurso são desenvolvidas em cursos de formação de professores, na graduação e na pós-graduação. Nessa direção, há de se considerar que as possibilidades de tratamento do texto e do discurso precisam oferecer de alguma maneira implicações para a atuação pedagógica de professores nos diferentes níveis de ensino, em especial para as aulas de língua materna e língua estrangeira.

A partir do contexto apresentado, este trabalho se caracteriza como um ensaio acadêmico no qual discutimos a relevância teórica e conceitual nas abordagens relacionadas ao texto, discurso e suas implicações para o ensino. Assim, argumentamos sobre as relações óbvias que sustentam os três objetos que serão explicados adiante uma vez que os elementos teóricos devem subsidiar e ressignificar a prática docente. Desse modo, o texto é encarado como um elemento que se constitui como uma ação no mundo e não apenas um objeto que se moldura para reforçar um ensino e uma aprendizagem vinculados à gramática. A concepção de texto adotada neste trabalho está orientada numa concepção discursiva e é assim que se delineia a discussão proposta.

Nessa linha de pensamento, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as contribuições dos conceitos de texto - na perspectiva da Linguística Textual - e discurso - de linha pecheutiana, para o ensino de língua materna. Assim, a estrutura do trabalho engloba três tópicos, além da introdução e das considerações finais, tais como: do texto, do discurso e do ensino.

## Do Texto

A partir dos estudos de Beaugrande e Dressler (1981), o texto é concebido como um conjunto de regularidades, baseado na *textualidade*, que leva em conta os fatores que fazem de um texto um *texto*. Podemos dividir esses critérios em duas categorias maiores: primeiro, a que leva em conta os fatores semânticos, como a coesão e a coerência, e, segundo, a que leva em conta os fatores pragmáticos, que são a intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e a intertextualidade.

Desse modo, Marcuschi (2012, p. 28), baseado no que postulam Beaugrande e Dressler (1981), reitera o sentido do que é um texto:

Texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa. Não é uma configuração produzida pela simples união de morfemas, lexemas e sentenças, mas o resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações comunicativas.

Então, para que o texto assuma essa configuração e seja reconhecido como tal, foram definidas sete propriedades de um texto, ou seja, “modelos procedurais que refletissem as operações responsáveis pela forma como os textos são criados e utilizados” (Cavalcante *et al.* 2010, p. 230), como discutiremos a seguir. Com base nessa perspectiva, o primeiro aspecto da textualidade destacado por Beaugrande e Dressler (1981) é a chamada **coesão**, que funciona conferindo organização ao texto, é o fator que liga as expressões e que conecta o texto a partir das ideias que o autor deseja operacionalizar.

Na análise de Marcuschi (2012), a coesão não diz respeito apenas às questões sintáticas, e a exemplo do que faz Beaugrande e Dressler (1981), diferencia coesão e coerência. Nas palavras do linguista:

A coesão, ao nível de microestrutura, envolve os procedimentos da conexão superficial do texto e estabelece as condições da cotextualidade e inclui a formação sintática do texto nas suas relações gramaticais. Embora seja um princípio constitutivo do texto, a coesão não é nem suficiente nem necessária para a textualidade, aspecto no qual discordo de Halliday e Hasan (Marcuschi, 2012, p. 53).

Ou seja, a coesão não é um princípio de textualidade imprescindível e, para o autor, a textualidade não se dá entre os fatores linguísticos, visto que a continuidade é expressa pelo sentido. Desse modo, mesmo que um texto se apresente sem nenhum tipo de coesão, ainda assim é um texto, pelo fato de suas sentenças obedecerem a princípios constitutivos e factuais, que fazem sentido para o leitor e que são compreendidos.

A **coerência**, por seu turno, se relaciona com a construção de sentidos e com a maneira como o autor conduz o texto para que ele seja minimamente interpretável e entendido pelos demais. Assim, enquanto a coesão está para os encadeamentos formais do texto, a coerência subjaz a estrutura criativa, encontrada no além-texto.

Retomando a análise de Marcuschi (2012, p. 75), a coerência é assim expressa como “uma conexão conceitual e da estruturação de sentido”. Quer dizer, enquanto a coesão se relaciona ao nível microtextual, pela superficialidade conectiva, a coerência se encontra no nível macrotextual, em grande parte por estar imbricada à construção de sentidos.

O sentido deve manter continuidade, caso contrário o texto é incompreensível. Esta continuidade de sentido forma a coerência do texto e se expressa em conceitos e relações. A coerência se estabelece no âmbito de um universo textual que abrange toda a constelação de produção e recepção, de modo que o texto contém mais do que somas das expressões linguísticas que o compõem, incorporando os conhecimentos e a experiência do dia a dia (Marcuschi, 2012, p. 75-76).

Fica claro para o pesquisador que a coerência recebe mais destaque e estudos por abarcar mais elementos do que a coesão. A coerência se manifesta em um processo mais global, assim como a linguagem, e, por isso, o encadeamento cognitivo deve ser considerado nesse aspecto textual por reivindicar estratégias de sentido que não apenas se fundem em sistemas de representações.

O terceiro critério de textualidade é a **intencionalidade**. Beaugrande (2004) trata desse princípio comunicativo como um elo capaz de tornar o texto reconhecível em dado contexto, isto é, a intencionalidade subjaz a função discursiva a partir dos objetivos de criação e recepção textual.

No que concerne à função e objetivos do texto existe a **aceitabilidade**. Pois, se um texto é escrito por alguém e para alguém, ele tem uma audiência. A aceitação vai depender do conhecimento do seu destinatário e de sua cultura para que o diálogo comunicativo não se rompa. Quando Costa Val (2000) analisa criticamente os princípios de textualidade postulados por Beaugrande e Dressler (1981), esclarece que depois da coesão e da coerência esses outros princípios estão relacionados com os usuários e não necessariamente situados no texto.

De acordo com a sua análise, a intencionalidade e a aceitabilidade se constituem juntas na produção e recepção de um texto, que, sem dúvida, precisam estar interligadas a fim de alcançar as expectativas e os objetivos almejados.

Nesse processo de mão dupla, o produtor conta com a tolerância e o trabalho de inferência do receptor na construção do sentido do texto. Por outro lado, o receptor, supondo a coerência no texto e se dispondo a contribuir para construí-la, se orienta por conhecimentos prévios e partilhados, que são estabelecidos social e culturalmente, sobre os tipos de texto, as ações e metas possíveis em determinados contextos e situações (Costa Val, 2000, p. 39).

Ainda segundo a análise da autora, é nesse quadro que se situa a **informatividade**. Isso

porque esse princípio de textualidade ocorre quando os objetivos textuais são alcançados a partir de certo grau de imprevisibilidade. A informatividade tenta trazer algo novo, que quebre o que era proposto no início, mas que mesmo assim seja interpretável no diálogo com o texto. Acrescenta Costa Val (2000, p. 39) que “a informatividade tem a ver com o grau de novidade e previsibilidade: quanto mais previsível, menos informativo será o texto para determinado usuário, porque acrescentará pouco às informações que o receptor já tinha antes de processá-lo”. Com isso, a informatividade é entendida como uma espécie de medição que avalia a relação entre os interlocutores, sem necessariamente ser expressa no texto, como uma característica infundável.

Já a **situacionalidade** se refere à situação em que o texto foi criado e é relevante para mostrar a produção e recepção dos textos em dado contexto. Esse critério é o responsável pela função textual, sendo essa sua principal característica desvincular um texto de determinada situação ou descontextualizá-lo, o que traria complicações para o reconhecimento funcional. “Esse conceito está longe de se resumir às circunstâncias empíricas em si, ele diz respeito à interpretação que os usuários fazem da situação a partir dos modelos de comunicação social que conhecem” (Costa Val, 2000, p. 39). De acordo com a autora, esse princípio é fundamental porque é a situação que determina os sentidos de um texto. Baseado nisso, não é viável tratar esse conceito como um princípio a mais ou igual aos outros, pois é de acordo com o andamento de suas circunstâncias em dada situação que o texto ganha função, forma e uso.

Por fim, a **intertextualidade** exprime o movimento de ir e vir de um texto baseado no conhecimento empírico do interlocutor, quer dizer, é o movimento desencadeado pela conexão entre dois ou mais textos sem um caminho fixo. “A intertextualidade se coloca como condição prévia na produção e recepção de determinados tipos de textos, como resumos, as paráfrases, as resenhas críticas” (Costa Val, 2000, p. 40). A autora continua e afirma que baseado no que dizem Beaugrande e Dressler (1981), o processamento de um texto envolve conhecimento prévio, interpretação, crenças e tudo isso deve estar relacionado ao processamento de outro texto. Se o leitor na medida em que compreende e recebe um texto é capaz de interligá-lo a outro ou outros, é um caso de intertextualidade.

Até esse ponto, detivemo-nos à apresentação dos fatores que constituem o texto como tal. Percorremos a fundamentação teórica mais clássica da Linguística Textual, campo que mais apropriadamente investigou o estatuto do texto no desenvolvimento linguístico: desde a compreensão inicial de que o texto seria resultado de uma reunião de frases interconectadas entre si até o postulado segundo o qual ele é compreendido como unidade de significação fundamental do processo comunicativo, o objeto do discurso de um sujeito. O desenvolvimento teórico dessa noção, apontado por Marcuschi em *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, de 2008, deixa claro que paulatinamente o texto passa de *produto linguístico a processo comunicativo*. Exemplo disso é a consideração do texto como *evento comunicativo*, processo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas, e que pressupõe a agência de um *sujeito*.

Essa capacidade da Linguística Textual de reterritorializar discussões advindas de outros campos do saber a partir de sua lógica interna conferiu nova roupagem a conceitos basilares, como *discurso* e *sujeito*, por exemplo. Nossa intenção a partir deste ponto é a de voltar o olhar para estes dois termos em particular, examinando-os sob a ótica do campo discursivo, lugar em que são exaustivamente trabalhados. Com isso, pretendemos assinalar algumas diferenças seminais presentes no trato discursivo e no trato linguístico dessas categorias, tornando mais clara a articulação operacionalizada pela linguística textual entre texto, discurso e o sujeito que conduz o evento comunicativo que as põe em contato.

## Do Discurso

A utilização do termo discurso para designar uma instância distinta do texto e que não se encerra na fala pública é creditado a dois estudiosos franceses, Jean Dubois e Michel Pêcheux. Muito embora os dois teóricos compartilhem dessa designação inicial, a de que discurso aponta para outro objeto teórico distinto do texto, o que daí desemboca vai marcar, cada vez com mais força, a confusão que se instaura entre discurso como *campo* e discurso como *esfera*. Dubois,

que naquela época se interessava também pela lexicografia, passa a entender o discurso como uma *esfera de ação comunicativa maior que o texto*, que por sua vez seria uma esfera maior que a frase. Esse é o pensamento que permite compreender a comunicação em diferentes níveis, cada vez maiores e mais implicados nas determinações sociais. Assim também operou-se com a linguística na definição gradativa de seu núcleo rígido em comparação com as áreas “exteriores”; em gradação: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, lexicografia, semântica, pragmática, discurso. Se um falante profere um enunciado ele age, naquele momento, em todas as esferas comunicativas de uma vez; ao linguista cabe a observação e descrição do funcionamento desse enunciado em diferentes níveis de abrangência: da unidade sonora mínima significativa, passando pela formação das palavras proferidas até o entendimento mais complexo sobre o enunciador e o significado do que ele diz. Esta interpretação inviabiliza a distinção rígida entre texto e discurso, ou, em outros termos, “a tendência atual é ver um contínuo entre ambos com uma espécie de condicionamento mútuo” (Marcuschi, 2008, p. 81).

De outro lado, diz Pêcheux, o discurso trata, “de um modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”, ao que pese que esses pontos referem, respectivamente, “A: o ‘destinador’ e B: o ‘destinatário’” (Pêcheux, [1969] 1990, p. 81-82). A definição de *efeito* comporta aquilo que é produzido por uma causa, consequência, resultado, e um propósito, objetivo, destino, finalidade, fim. Com a definição de discurso como *efeito de sentidos entre destinador e destinatário*, Pêcheux outorga ao discurso um caráter ao mesmo tempo de *produto* de uma *causa* determinada e de *propósito* de uma atividade situada. O discurso aqui não configura exatamente um nível de ação linguística, mas uma instância adstrita, *um campo que é, ao mesmo tempo, processo/propósito e produto/matéria da atividade comunicativa conduzida por um destinador/sujeito*. Essa diferença particulariza, no interior do conceito, três filiações distintas cujas implicações teóricas permitem entender a complexidade do discurso. Em primeiro lugar, como **produto**, o discurso comparece materializado na *língua*, sua superfície de observação. Isso significa dizer que a parte imediatamente observável do processo social que origina o discurso é a língua, que comporta a produção de *textos* em suas diversas materialidades: escrita, imagética, sonora, corpórea etc. Tudo aquilo que a língua cobre é texto, e, além disso, “o texto é um objeto histórico. Histórico aí não tem intenção de ser o texto um documento, mas discurso” (Orlandi, 1996, p. 53). O caráter material que aí se explicita é herança do materialismo histórico-dialético, que permite observar os produtos materiais como nós num fio muito mais longo, trançado pelas diferentes instâncias implicadas no processo histórico de produção do sentido: social, cultural, ideológica, econômica etc. Este primeiro ponto diz, assim, respeito à apresentação do discurso como objeto materializado pela língua num texto, um produto sócio-histórico que permite a observação de seu processo de produção e determinação.

A segunda particularidade da definição de discurso para Pêcheux informa sobre o processo de produção, o **propósito do efeito** encetado pela ação dos interlocutores. Este é o ponto que abre espaço para observação das diferentes implicações que incidem sobre a produção do significado. Aquilo que causa o efeito é de ordem estrutural: a *ideologia*. Diz Pêcheux que o discurso é a materialização de uma ideologia, e que, além disso, “1) só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (Pêcheux, 2014, p. 135). A investigação da determinação ideológica na produção do sentido passa pela assunção de algumas teses elementares à teoria do discurso, a exemplo da tese althusseriana sobre a *interpelação do indivíduo em sujeito* pela ação de uma ideologia, que, por sua vez, expressa como ideias as relações sociais concretas que fazem de uma classe a dominante. Algumas ressalvas são necessárias aqui. Primeiro: o indivíduo permite a entrada do sujeito na linguagem e é de sujeito que se trata. Interessam a Pêcheux as operações que esse sujeito efetua e que são demonstráveis, como já dissemos, pelos objetos que a língua materializa. Segundo: não se trata de considerar a ideologia como conjunto de ideias, mas, sim, de ressaltar que ela traduz relações materiais apreendidas como ideias, sempre em defesa da reprodução de uma dada estrutura social. Dessa forma, o que importa não são necessariamente as ideias, mas o mecanismo de produzi-las, que é detectável em pontos determinados na língua: a ocultação, a inversão, a naturalização, a universalização e a defesa que visa à reprodução – pontos em que a ideologia comparece materializada no discurso, revestido pela língua.

Nesses termos, a produção da obriedade na língua é um mecanismo ideológico que visa o desconhecimento de um processo social. Tudo quanto possa ser associado a uma espécie “de

‘senso comum’, ideias que aparecem como óbvias, refletem, na língua, uma elaboração intelectual que tem por objetivo a manutenção das relações de produção, em favor da classe dominante” (Costa; Oliveira; Dorneles, 2020, p. 141). Assim, se em alguns espaços ou formações é óbvio dizer que “mulher é o sexo frágil”, é certo saber que existe uma determinação ideológica e imaginária a serviço da produção desse efeito de sentido, que visa a reprodução de um modelo social específico: o da classe dominante, que desconsidera gênero como construção performática, que se funda na divisão entre os “sexos” e que atribui um papel de submissão e de fragilidade à mulher. O papel do analista é o de, partindo do texto, promover a possibilidade de desfazer essas obviedades, retirando o leitor do espaço a ele designado pela estrutura social que o interpela, fazendo que se conheça o processo de desconhecimento. Este não é um movimento que almeje a promoção de uma interpretação única, do sentido oculto “desvelado” pelo analista, mas um compromisso ético de desengessamento da leitura e da interpretação, de racionalização sobre as tomadas de posição que um sujeito efetua para poder significar.

O último dos índices comportados na definição de discurso é justamente o **sujeito**, designado na formulação original como destinador/destinatário e frequentemente identificado como interlocutor ou enunciador. Pêcheux desenvolve o sujeito do discurso como fruto de um lugar social presente, mas transformado pela linguagem; ele marca as determinações sociais a que é submetido no momento em que enuncia e, além disso, é por intermédio da língua mobilizada por ele que é possível identificar as implicações inconscientes a que o sujeito está submetido. O sujeito do discurso é assim, sempre ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito ao inconsciente. Essa abertura conceitual permite pensar que os processos de esquecimento a que se é sujeito são de ordem inconsciente: o sujeito esquece que não controla o que diz e que não é dono do seu dizer. Nesse sentido, as ilusões de controle e de ser a fonte do dito agem sobre o sujeito de modo a fazê-lo obliterar as determinações que ele sofre. O comparecimento do inconsciente no discurso também permite considerar alguns outros funcionamentos, mais ou menos relacionados à falta e à falha, além do exame das tomadas de posição que um sujeito realiza.

Do que foi exposto até aqui, podemos considerar que a relação de contato entre discurso e texto, no campo discursivo, funciona como **materialização**: o discurso é materializado pela língua, para quem o texto é o produto material por excelência. Dessa definição, foi possível ainda elencar que como objeto o discurso comporta o entendimento da ação de um sujeito afetado por determinações sociais, históricas, ideológicas, inconscientes e culturais. No campo da linguística textual, o discurso comparece como *objeto do dizer* de um sujeito, que é materializado num *objeto de figura*, o texto. Entre discurso e texto está o gênero textual, que serve de ponto de mediação entre os dois construtos. Para Marcuschi (2008), “entre o discurso e o texto está o gênero, que é aqui visto como prática social e prática textual-discursiva. Ele opera como a ponte entre o discurso como uma atividade mais universal e o texto enquanto peça empírica particularizada” (Marcuschi, 2008, p. 84). A designação dessa relação entre discurso e texto no campo linguístico segue sendo a de materialização de uma atividade social num construto material, assim como no campo discursivo, ainda que as determinações implicadas no próprio conceito de discurso recaiam, em linguística, sobre uma instância de mediação intermediária, o gênero, e não necessariamente nas instâncias da ideologia ou do inconsciente, por exemplo.

Na direção do que aqui se apresenta, entender que há uma aproximação com o discurso, a partir do nosso objeto de discussão, nos faz pensar que a linguagem é cada vez mais marcada por uma unicidade, e tentar separar texto e discurso implica um retrocesso das ações linguísticas que hoje enxergamos como marca nos processos interlocutórios. Com isso, observar essas relações entre um *eu* e um *tu*, como faz Galdi (1997), implica na troca de significações entre os sujeitos envolvidos nas tramas da linguagem. O autor pontua essas relações como um jogo, baseado em Dupuy (1988) e descreve as seguintes situações:

No jogo, pode haver ingenuidade mas não há espaço para a inocência, precisamente porque os discursos aproximam os sujeitos pelo significado e este significado remete a um sistema de referências. Se, por um lado, é no interior destes sistemas de referências que os recursos expressivos se tornam significativos, por outro lado, no embate das relações

interlocutivas, a construção dos modos de ver o mundo não é sempre harmônica. Ainda que os interlocutores possam compartilhar algumas de suas crenças, sempre se está reorganizando, pelos discursos, as representações que se fazem do mundo dos objetos, de suas relações e das relações dos homens com o mundo entre si (Geraldi, 1997, p. 27).

A partir dessa afirmação, percebemos um discurso como ação da linguagem que, necessariamente, precisa de uma relação entre sujeitos para se firmar no jogo de significações e representações das ideias. Em consequência, todo ato discursivo está imbricado em uma iniciativa, intenção para que as palavras sejam então carregadas de significados. Diante dessa afirmação, entendemos que o ato discursivo se constitui na relação ilocucionária e os sujeitos, por sua vez, com diferentes motivações e maneiras de enxergar o mundo encontram espaços de interlocução variados, o que resulta em novas representações pela troca de informações que os cercam e os fazem adotar novas categorias nos propósitos de mediação com o mundo a sua volta.

Nesse caminho teórico, a distinção entre textos e discursos no universo da linguística está longe de ser pacífica, isso porque as concepções que giram em torno desses elementos são confusas e pouco contribuem para um entendimento mais claro. Desse modo, alguns pesquisadores utilizam texto e discurso como sinônimos, por considerarem impossível uma separação. Já os adeptos da análise do discurso consideram o discurso como um elemento muito mais complexo e completo do que o texto. Por outro lado, há quem defenda que o texto é todo processo discursivo, sendo o próprio discurso uma consequência textual (Fávero; Koch, 2012).

Para acrescentar a esse tópico, nos baseamos na posição defendida pelas autoras de que:

Texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, isto é, qualquer tipo de comunicação realizado por meio de um sistema de signos. Em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, em uma situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciadores produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação (Fávero; Koch, 2012, p. 34).

Ou seja, é importante deixar claro que neste trabalho adotamos a posição de que o texto e o discurso são elementos distintos. Sabe-se que enquanto o discurso se manifesta numa enunciação, o texto se caracteriza pelos padrões de textualidade e, atualmente, também pelas manifestações hipertextuais.

Entretanto, a forma como algumas teorias são apresentadas parece caracterizar que texto e discurso são sinônimos, o que não procede. O que deve ficar claro é a relação que se estabelece entre eles. Quer dizer, texto e discurso são complementares e se mesclam quando a unidade linguística é subjacente à unidade discursiva.

Concomitante a isso, apresentamos a ideia apresentada em Cavalcante *et al.* (2010, p. 228) sobre a incidência das relações textuais e discursivas como categorias afins:

O texto é a unidade funcional que não somente permite a interação, como também viabiliza diversas formas de representar o mundo, de transformá-lo e de, a um tempo só, reconstruir-se a partir dessa dinâmica emergência dos sentidos, que envolve toda espécie de heterogeneidades enunciativas dentre elas as relações intertextuais e interdiscursivas (Cavalcante *et al.*, 2010, p. 228).

Isto é, os autores apostam na relação de complementariedade, mas, atrelado a isso, compreendem que os estudos textuais e discursivos estão situados em áreas distintas, que pela dinâmica da linguagem como ação comunicativa tendem a uma relação indistinta.

Sendo assim, nos apoiamos na premissa de que não deve haver limites rígidos para separar texto e discurso, pois ao mesmo tempo em que compreendemos as diferenças, apoiamos a

complementariedade, ao nos guiarmos na linguagem enquanto ação.

A inclusão do plano discursivo na teorização em LT é uma questão que, inicialmente, não se destaca nos estudos da sociocognição, mas que guarda relações pertinentes com o paradigma. Em qualquer quadro que delineie o estatuto do texto na atualidade, é preciso considerar a sua interdependência em relação ao discurso. Uma tendência cada vez mais dominante, então, é a da não separação total entre essas duas instâncias de uso da linguagem (Cavalcante; Custódio Filho, 2010, p. 61).

Ou seja, o conceito de texto tem como marca principal uma formação multidisciplinar e com essa orientação é imprescindível considerar o construto textual sem a premissa discursiva. Vimos que os conceitos textuais evoluíram e abarcam várias funções. Desse modo, o diálogo estabelecido com outras áreas reitera mais uma vez a natureza complexa do nosso objeto de pesquisa a partir do qual várias correntes teóricas são utilizadas para sua caracterização. Temos, então, um texto resultante de um conjunto de ações que o apontam com aspectos multifacetados e dinâmicos, incluídos os parâmetros discursivos.

Após discutir e esclarecer os espaços textuais considerados nas questões aqui elencadas, cabe prosseguir abordando a categoria textual, mas agora destacando suas relações com a prática de ensino.

## Do Ensino

A partir das considerações apresentadas acerca das noções mais atuais relacionadas ao texto e ao discurso, emerge o questionamento de como esses direcionamentos podem afetar de alguma maneira as práticas de ensino, visto que este é o foco de interesse das reflexões antigas e recentes sobre formação de professores. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a inserção de teorias sobre língua e linguagem no ensino se inicia na década de 1940, quando houve o primeiro interesse político em questionar a dimensão pedagógica das teorias linguísticas formalistas, fundando a noção embrionária de Linguística Aplicada que avançou significativamente com o curso do tempo (Silva Júnior, 2021).

Na década de 1980, tem-se a ampliação da Linguística Textual e da Análise do Discurso, assim como outras teorias (Psicolinguística, Sociolinguística etc.). Com isso, especialmente no que se refere às categorias de texto, como, por exemplo, a referência, começaram-se as discussões acerca do ensino da escrita por meio de elementos de textualidade e, também, de gêneros textuais. Tal acontecimento motivou de maneira decisiva a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e documentos adjacentes, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse conjunto de aspectos históricos implicam a problematização recorrente sobre como se pode empreender encaminhamentos metodológicos para o ensino levando em conta a amplitude conceitual que fora apresentada em relação ao texto e ao discurso.

No que se refere ao conceito de texto, seguindo, em nossa perspectiva, sob a ótica da Linguística Textual, evidencia-se a relevância de pensá-lo como parte de uma construção dinâmica de conhecimento no plano do ensino. Há, nas discussões sobre a relação entre texto e ensino, a consideração de que nessa articulação deve-se problematizar os “processos de produção, recepção e interpretação dos textos, reintegrando o sujeito e a situação de comunicação em seu escopo teórico” (Bentes, 2006, p. 16). Esse tipo de reflexão afeta diretamente as práticas pedagógicas de professores de língua materna e línguas estrangeiras, uma vez que é entendendo a dinâmica da linguagem na produção de conhecimento que se pode elaborar formas contextuais de abordar o texto (leitura, produção e interpretação) com estudantes de diferentes níveis. Nessa linha de pensamento, e tentando sistematizar os processos de resignificação da Linguística Textual até o seu estado atual (considerando as implicações de cada período para o ensino), Koch (2004) pontua

alguns elementos que norteiam os processos históricos que contribuíram com a atual noção de texto. Assim, há os períodos:

1. texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
2. texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
4. texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
5. texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
7. texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
8. texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção sócio-cognitiva-interacional) (Koch, 2004, p. 12).

Tomando como gancho o oitavo elemento, que tem o texto como lugar de interação, compreendemos uma passagem significativa entre ele e o quinto elemento, uma vez que a visão de texto como produto congelado causou algumas implicações negativas. Entre essas questões, surge a concepção de ensino do texto como correção de um produto pronto e isolado, o que apagou, por muitos anos, práticas comprovadamente necessárias, a exemplo da reescrita de textos de diferentes gêneros. Nesse sentido, os textos são “[...] práticas sociais em que estão sempre envolvidos seres humanos em carne e osso, empenhados em solucionar problemas de toda ordem. Seres que têm crenças, sentimentos, vontades, desejos, interesses, ideias e ideais diversos e respeitáveis” (Marcuschi, 2001, p. 11). Por essa razão, ter o texto como lugar de interação permite caracterizá-lo como parte de um processo linguístico-discursivo de construção de conhecimento. Podemos destacar, a partir dessas questões, que a dimensão linguístico-textual, por mais avançada que seja na atualidade, ainda apresenta brechas que devem ser complementadas com as contribuições de outras abordagens teórico-metodológicas, em especial aquelas que defendem as análises discursivas.

Acerca disso, Peixoto e Serafim (2020) inferem que a Análise do Discurso, com foco na abordagem pecheutiana, revela diversas possibilidades para o ensino da leitura, que atravessa diretamente as práticas de escrita de textos. Dentre os conceitos que são abordados na pesquisa de Peixoto e Serafim (2020), destacamos o interdiscurso, que, para as autoras, auxilia em grande escala o desenvolvimento de aulas de leitura em língua materna. Pontuam-se algumas fases que podem ser seguidas, tais como: a pré-leitura, que, em linhas gerais, objetiva ativar conhecimentos já existentes no estudante (Peixoto; Serafim, 2020); o contato com o texto, que engloba a relação entre determinado texto e o contexto social; e a ressignificação de ideias após as etapas anteriores, que pode avaliar de que maneira as práticas de leitura implicam a formação linguístico-discursiva dos estudantes.

Diante disso, fica evidenciado que tanto a teoria do texto como a abordagem que apresentamos sobre o discurso podem auxiliar diretamente nas ações de ensino e aprendizagem, dependendo, fundamentalmente, da atuação reflexiva do professor de línguas no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Consequentemente, para que se possa promover algum tipo de mudança no ensino de línguas com base em teorias linguísticas específicas, é relevante tanto o conhecimento relacionado à teoria como o saber relacionado à realidade e às necessidades do atual cenário educacional.

## Considerações Finais

Nesse momento, se faz necessário retomar as relações estabelecidas, principalmente, entre o texto e o discurso porque o texto, visto sob os aspectos de textualidade, impulsiona o entendimento de que esse objeto de estudo é multifuncional, dinâmico e evolutivo. O texto não é somente uma superfície que produz o discurso, mas é visto como pertencente a ele. Portanto, é justamente com essa forma de enxergar o texto que seu conceito se aproxima ao discurso e é por meio deste que postulamos a sua definição. O discurso se apresenta como uma enunciação que visa o estudo das relações entre os interlocutores e os diálogos por eles produzidos. Assim, a manifestação discursiva se encontra não só no próprio ato enunciativo como no texto por ele produzido.

Nosso ponto de partida neste estudo foi abordar a relação entre texto e discurso, destacando a importância desses conceitos nos estudos da linguagem. Mencionamos, nesse percurso, que as práticas linguísticas e discursivas estão presentes em diversas interações sociais e que há diferentes abordagens para investigar esses fenômenos. O debate sobre o valor acadêmico das abordagens de texto e discurso foi levantado, particularmente nas áreas de formação de professores e de ensino, com o objetivo de refletir sobre a contribuição dos conceitos de texto e discurso para o ensino de língua materna.

Na seção *Do Texto*, exploramos o conceito de texto com base nos estudos de Beaugrande e Dressler (1981). O texto é definido como um conjunto de regularidades textuais que envolvem fatores semânticos e pragmáticos, incluindo coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Enfatizamos, a partir daí, a importância da coerência na construção de sentidos, explorando como a coesão e a coerência estão interligadas. A influência da intencionalidade, aceitabilidade e informatividade na produção e recepção do texto também é abordada. Além disso, a situacionalidade é destacada como relevante para a função textual e a intertextualidade e é apresentada como o movimento de conexão entre diferentes textos.

No próximo tópico, *Do Discurso*, demos maior destaque ao conceito de discurso, diferenciando-o do texto. Partimos da distinção entre as visões de Dubois e Pêcheux sobre o discurso como uma esfera comunicativa para além do texto, discutindo como o discurso é um efeito de sentidos entre o destinador e o destinatário, e como a ideologia influencia a produção do discurso. Abordamos, além disso, a relação entre o sujeito e o discurso, destacando que o sujeito é afetado por determinações sociais, históricas, ideológicas, inconscientes e culturais e como participa do evento comunicativo que envolve o texto e o discurso; nessa direção, destacamos, também, o papel do gênero textual como uma ponte entre o discurso e o texto.

Com relação à última seção, *Do ensino*, exploramos de que forma a conexão entre texto e discurso informa sobre a evolução das teorias linguísticas, desde a Linguística Textual até a Análise do Discurso. A conexão entre texto e ensino é enfatizada a partir da consideração dos processos de produção, recepção e interpretação, bem como da necessidade de evitar a visão de texto como produto congelado. A interação entre texto e discurso é ressaltada como fundamental para a construção do conhecimento e a potência que a compreensão da relação entre esses conceitos inaugura é vista como promissora para o ensino da leitura e escrita, destacando-se aí, fases como pré-leitura, contato com o texto e ressignificação de ideias. Conclui-se que tanto a teoria do texto quanto a abordagem discursiva podem enriquecer as práticas de ensino, com ênfase na reflexão docente e na adaptação às necessidades educacionais atuais. A relação entre texto e discurso é apontada como essencial para compreender a dinâmica do conhecimento linguístico-discursivo.

Em conclusão, enfatizamos que a distinção entre texto e discurso não é completamente clara, tido que estes são conceitos complementares e, ao mesmo tempo, interdependentes. Reconhecemos, assim, a importância de considerar a complexidade desses termos e a evolução de suas definições. Observamos, além disso, que a interação entre texto e discurso não deve ser rigidamente separada, pois ambos estão intrinsecamente relacionados na linguagem como ação comunicativa, sendo este último o foco do ensino de língua.

## Referências

- BARROS, Emmanuella Farias de Almeida. **A construção da escrita colaborativa e argumentação em textos no Facebook**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 126 f.
- BENTES, Ana Cristina. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 245-285.
- BEAUGRANDE, Robert. **A new introduction to the study of text and discourse: discursivism and ecologism**. Published for free use on the Internet. July 2004. Disponível em: [http://www.beaugrande.com/new\\_intro\\_to\\_study.htm](http://www.beaugrande.com/new_intro_to_study.htm). Acesso em: 25 maio 2014.
- BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.
- CAVALCANTE, Mônica; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Teresina, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.
- CAVALCANTE, Mônica M. *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. *In*: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Quadros (org.). **Linguística de Texto e análise da conversação: Panoramas das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- COSTA, Isaac; OLIVEIRA, Alex; DORNELES, Elizabeth. Ideologia. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**, 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 139-146.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. *In*: AZEREDO, José Carlos (org.). **Língua portuguesa em debate: Conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: Introdução**. – 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KOCH, Ingedore. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins fontes, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: O que é e como se faz?**. São Paulo: Parábola editorial, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-162.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

SILVA JÚNIOR, Sílvia Nunes. **Dialogismo e auto-observação em práticas linguístico-discursivas com a língua portuguesa no ensino superior: a sala de aula como arena responsiva.** Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, 2021.

Recebido em 22 de maio de 2023.

Aceito em 13 de junho de 2023.